



Ata nº4

Ata da Sessão Ordinária de Assembleia de Freguesia de Ouca

----- Aos quinze dias do mês de Dezembro de dois mil e dezassete, na localidade do Tabuaço, nas instalações da antiga Escola Primária, situadas na Rua Principal, nº 13, 3840-304 Tabuaço, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, teve início a sessão extraordinária da assembleia de freguesia de Ouca, na presença de Tiago Manuel Ferreira Cardoso, presidente da Assembleia, que dirigiu os trabalhos e deu início à reunião. -----

----- Iniciados os trabalhos, o Presidente da Assembleia procedeu à chamada dos membros eleitos, tendo-se verificado as presenças dos seguintes cidadãos:

----- *Wilson António de Oliveira Oliveira*-----

-----*Alexandre Sérgio Barros Leite* -----

-----*Tiago Manuel Ferreira Cardoso* -----

-----*Francisco Manuel Ferreira Silvestre* -----

-----*Luís Alberto de Jesus Rocha*-----

-----Liliana de Oliveira da Cruz-----

-----Carlos Alberto Rocha Moreira-----

-----António Alexandre Almeida Santos-----

-----Faltou à presente reunião, -----

----- *Maria Fernanda de Jesus de Almeida Oliveira*-----

----- Concluída a marcação de presenças, procedeu-se à exposição da ordem de trabalhos da presente reunião, que foi a seguinte: -----



1. Apreciação e votação das atas da assembleia anterior-----
2. Apresentação, análise e votação do Orçamento (Inicial) de Receita e Despesa para o ano 2018-----
3. Apresentação, análise e votação do Plano Plurianual de Investimentos para o ano 2018-----
4. Apresentação, análise e votação do Plano de Atividades para o ano 2018-----
5. Apresentação, análise e votação do Projeto de Regulamento das Tabelas e Taxas-----
6. Apresentação, análise e votação do Projeto de Regulamento dos Cemitérios-----
7. Apresentação, análise e votação do Projeto de Regulamento de Utilização da Casa Mortuária-----
8. Outros Assuntos de Interesse para a Freguesia

----- Abrindo o ponto um, foi lida a ata da reunião anterior, a qual foi colocada a votação, tendo sido aprovada com sete votos a favor e uma abstenção. -----

----- Posto isto, o presidente da assembleia deu continuidade à ordem de trabalhos, seguindo-se o ponto número dois – Apresentação, análise e votação do Orçamento (Inicial) de Receita e Despesa para o ano de 2018-. O presidente da assembleia cede a palavra ao presidente de junta que faz a apresentação e análise detalhada do documento. O presidente de Junta aproveita para lembrar que este é um orçamento inicial, pois ao longo do ano poderá sofrer ajustes. No que concerne às receitas, o presidente explica alguns dos valores apresentados destacando: os valores previstos obtidos pelos serviços prestados pela junta de freguesia e ainda, os valores previstos atribuídos pela Câmara Municipal para delegação de competências, ao nível de serviços e investimentos. No que às despesas diz respeito, o presidente esclarece alguns pontos, mais afincadamente, como, por exemplo, a necessidade de se investir numa impressora multifunções que permita à junta cumprir com alguns serviços tais



como impressões a cores, digitalizações, entre outros. Esta é uma necessidade perentória da junta, uma vez que a fotocopiadora que a junta possui só tira cópias a preto e branco, para além de ser já muito antiga. O presidente ressalva ainda a existência de um valor com destino à melhoria das instalações do parque pré-escolar de Ouca, que sofreu uma inspeção, por parte da delegada de saúde, cuja deliberação recomenda a modificação da areia do parque. Por último, e ainda dentro do capítulo da despesa, o presidente aproveita para alertar que os donativos feitos pela junta de freguesia só serão efetivados, a associações que apresentem um plano anual de atividades, sendo que aquelas que não o fizerem, não terão direito ao recebimento de verbas. Depois de explanadas as receitas e despesas previstas para o ano de 2018, o presidente explica que o saldo é praticamente nulo e que assim deve ser, uma vez que não é suposto que uma junta de freguesia dê nem lucro, nem despesa. Depois de se verificar a inexistência de questões, o orçamento é colocado a votação, sendo aprovado com um total de sete votos a favor e uma abstenção. -----

----- Inicia-se o ponto três – Apresentação, análise e votação do Plano Plurianual de Investimentos 2018 -. O presidente explica que este é um Plano Plurianual porque inclui investimentos que serão executados por fases distribuídas pelos quatro anos de mandato, como é o caso da requalificação do Largo da Capela da Carregosa, cujo investimento se refere ao ano corrente e aos restantes três anos de mandato. Seguem-se neste plano, a Requalificação da Praceta Padre António Correia Martins, em Ouca, que ronda um investimento de 3500 euros. Este é um investimento justificado pela necessidade de modificação da própria praceta que, segundo o presidente da junta, foi danificada aquando das festas de São Martinho, com a montagem de um camião palco. O presidente refere ainda que este tipo de obra requer outro tipo de providências uma vez que implica o envolvimento da via pública, mas que o Sr. Presidente de Câmara Municipal apoia este tipo de requalificação, com ajustes que visem a melhoria das condições de tráfego. A Requalificação do Cruzeiro do Rio Tinto é o ponto



seguinte, que implicará um investimento de 2500 euros e que visa sobretudo a alteração da placa triangular, que é utilizada como rotunda, causando constrangimentos ao tráfego, sobretudo por parte de veículos de maiores dimensões. O próximo investimento, do plano, é no Parque da Fonte/Azenhas de Ouca para acabamento da construção do moinho, para acabamento de construção do telheiro que aliás, foi construído sob alicerces bastante débeis e sobretudo para colocação de iluminação no parque, que o torne atrativo também durante o período noturno. Esta obra possui um valor igual ao do investimento anterior. Com igual valor monetário, é ainda apresentado um outro investimento que corresponde à construção de uma rampa de acesso, a pessoas com mobilidade condicionada, no Cemitério de Ouca. Este é uma obra cuja necessidade o presidente salienta, uma vez que pessoas com dificuldades na mobilidade não tem qualquer acesso aos pisos inferiores do cemitério. Por último, a Junta apresenta um valor de 2000 euros, divididos em dois investimentos diferentes: 1000 para sinalização e trânsito, que diz respeito sobretudo a sinalética e outras necessidades de trânsito como as lombas redutoras de velocidade, material este que é necessário a junta ter de reserva nos seus armazéns para quaisquer eventualidades e, ainda outros 1000 euros para a compra de equipamento de conforto para a Casa Mortuária de Ouca, que foi deixada pelo anterior executivo completamente desequipada, uma vez que o material existente era propriedade pessoal da antiga presidente de junta.

-----O presidente de junta diz, que este é um plano de investimentos que nada mais reflete do que o cumprimento do plano eleitoral e que o facto de faltarem neste plano obras de elevada importância é justificável por este ser um plano exclusivo para o ano de 2018 logo, nele só estão inscritas as obras que se esperam ter início, neste mesmo ano. Assim, o Plano Plurianual de Investimentos prevê uma despesa em investimentos de 38000 euros, que será financiada pela delegação de competências da Câmara Municipal. Terminada a



explicação dos diferentes investimentos, do plano plurianual, foi aberto um espaço para colocação de perguntas, por parte dos presentes.

----- O senhor Manuel de Oliveira Novo toma a palavra, apresentando a seguinte informação: "...é necessária fazer-se uma ampliação do cemitério do Tabuaço, porque as pessoas querem comprar e não têm onde comprar. E eu, já fui abordado pelas juntas anteriores, porque tenho um terreno do lado norte da porta do cemitério, e disseram-me assim: - "Manuel, tu não vendas aquilo, porque além de trazer benefício para a ampliação do cemitério ainda sobra espaço porque aquilo são dois números e ainda dá uma construção". E eu já tenho tido interessados, só que ao vender, vendo tudo, vendo os dois números e não apenas um e então não tenho feito negócio, atendendo ao facto da junta ter esta necessidade. Então agora, gostaria que a junta olhasse um bocadinho a isso e visse se quer fazer obras ou não, se quer comprar ou não para que eu também decida as minhas coisas: ou vendo ou a junta compra-me aquilo tudo e depois dispensa a quem entender e fica com um terreno para ampliação do cemitério". O presidente responde dizendo que este será um tema a levar a discussão, uma vez que não se encontra no plano do executivo. Mas questiona ainda o Sr. Manuel, sobre o proprietário do cemitério, revelando que ao contrário, do que se pensa, o cemitério do Tabuaço, neste caso a propriedade está registada ainda a nome de uma pessoa particular, ao que o Sr. Manuel pergunta se isso é verdade, como é que a junta pode vender jazigos. O presidente de junta afirma que só pode responder pelos atos realizados pela junta após o dia 20 de Outubro, que foi quando ele tomou posse e que, depois desta data foi contactado por uma senhora de Lisboa que é herdeira dos proprietários do cemitério e como tal, é ela que paga o IMI e esta foi informada pelas Finanças que teria de falar com a Junta de Freguesia, o que ela fez com o anterior executivo, estando ainda o assunto por resolver. No entanto, o atual já conversou com a senhora em causa, para no início do ano tratar dessa questão e que, só após isto, é que se poderá partir para a outra questão do alargamento. -----



-----O senhor Manuel de Oliveira Novo fala ainda da escola primária do Tabuaço que também necessita de requalificação, porque... “está toda podre”, tem chapas a emparar as janelas e baldes a apanhar a água da chuva e, por isso, “tem de levar uma volta”. O presidente de junta diz que realmente a requalificação é necessária, mas questiona o facto da escola ter apodrecido à bastante tempo e não apenas, durante o último mês em que começou o seu mandato. Em todo o caso, explana que as escolas primárias eram propriedade da Câmara Municipal, e foi feito um contrato de cedência de comodato, com as juntas de freguesia, nos quais foi pedida depois uma ata que pedia para as juntas aceitarem as escolas. A junta de freguesia de Ouca disse que sim, e fez muito bem, só que não assinou o contrato e o atual executivo já falou com a Câmara Municipal, a fim de assinar o mais breve possível esse contrato, para que se possa ceder a gestão do espaço, através de um protocolo com as entidades que o utilizam, neste momento. Ou seja, o atual executivo não pode, por enquanto, fazer investimentos num local, que ainda não assinou, em como este lhe é pertencente. -----

----- De seguida toma a palavra, Liliana Cruz fazendo a seguinte questão ao presidente de junta: “...relativamente ao plano de Investimentos, houve algo que não referiste para o ano de 2018 e a minha pergunta é, se está pensado para se realizar nos próximos 4 anos, e é o seguinte, há uma obra que ficou por terminar, em Ouca, que é um parque com equipamentos desportivos, ao nível da ginástica, que fica ao lado do armazém de junta. Aquilo não está acabado e não proporciona uma boa utilização, ou aliás, não proporciona utilização de todo e a minha pergunta é se pelo menos, nos próximos quatro anos se está a pensar terminar essa obra.” O presidente toma a palavra, referindo que esse parque foi a resposta encontrada para um problema que tinha sido discutido em Assembleia de Junta, há sensivelmente dois anos, que era a presença de madeireiros com as suas maquinarias naquele local, que acabavam por danificar o mesmo. E então ficou definido que era necessário fazer-se ali um ajuste. De facto, o parque



não está terminado, faltando, por exemplo, a iluminação que, em conversa com a Câmara Municipal se soube que esta já está na posse dos postes, faltando ainda pavé, uma vez que foram descarregadas paletes de pavé, mas há uma que foi cedida a um particular para um passeio e o executivo, já contactou a Câmara para que cedesse a paleta em falta, porque tem intenções de finalizar a obra até Agosto de 2018, uma vez que a festa de Ouça se realiza nesse mês e o campo de futebol na proximidade é utilizado. Esta obra não faz parte do Plano Plurianual de Investimentos, uma vez que quase todo o material necessário já foi entregue, e só faltam mesmo alguns ajustes para a finalização da mesma. --

----- Não havendo mais perguntas, toma a palavra o Presidente da Assembleia que coloca o Plano Plurianual de Investimentos a votação. O mesmo é aprovado por unanimidade, com 8 votos a favor. -----

-----Seguiu-se então para o ponto número quatro- Apresentação, análise e votação do Plano de Atividades para o ano de 2018-. O presidente de assembleia cede, mais uma vez, a palavra ao presidente de junta. Este esclarece que o Plano de Atividades se diferencia do Plano de Investimentos, uma vez que é executado com uma verba exclusiva da junta de freguesia, não necessitando de verbas exteriores. Nesse plano de 2018 só foi colocado pelo executivo os donativos para as associações, comissões de festas e outras entidades. O presidente explica que, no próximo ano, muito provavelmente já serão incluídas neste plano outras rubricas, mas que isso dependerá de como estiver a execução orçamental do ano 2018. O total de despesas com o cumprimento do Plano Plurianual de Atividades totaliza 4100 euros. -----

-----Toma a palavra, Tiago Cardoso, presidente da Assembleia para fazer uma questão: "...Falas em apenas 4100 euros na despesa com o Plano de Atividades, mas não te deixaram um saldo na junta de 20000 e tal euros?". O presidente explica que, de facto, no dia 19 a Junta tinha 31000 euros de saldo na conta, e que o anterior executivo tinha falado em cerca de 26000 euros, no entanto, e



com o decorrer dos trâmites legais para a mudança de titularidade da conta, quando o executivo conseguiu reunir os documentos foi verificado um saldo de 10241 euros. Em conversa, com o André, da Caixa de Crédito Agrícola de Ouca, o que foi referido ao executivo, é que de facto os 26000 euros seriam um valor anterior, só que tinham sido emitidos cerca de 25 cheques e que esses cheques, naturalmente, foram caíndo. Portanto, o saldo bancário no dia 31 de Outubro era de 10930 euros, logo o executivo não tinha 26000 euros, de facto. -----

----- O presidente de assembleia coloca o Plano Plurianual de Atividades a discussão e posteriormente a votação. Este é aprovado por unanimidade com sete votos a favor e uma abstenção. -----

-----Dá-se continuidade à reunião, iniciando-se o ponto 5- Apresentação, análise e votação do Projeto de Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Licenças-. Toma a palavra o presidente esclarecendo que, não existia, nenhum documento ou nenhum regulamento aprovado, e eram necessárias ser feitas algumas alterações para que se pudessem cumprir os princípios legais e então, o executivo tratou de construir um regulamento. A construção deste regulamento foi feita através, de uma análise do dia-a-dia da junta, no ponto que concerne à emissão de licenças e atestados, utilizando-se uma fórmula que está classificada pela lei número 53/2006 e executaram-se os cálculos com recursos aos orçamentos e relatórios de contas dos executivos anteriores. O presidente refere alguns contrassensos existentes, devido à falta deste regulamento, como era o caso do mesmo valor ser cobrado por um atestado, independentemente deste ser elaborado com ou sem termo lavrado. Em termos gerais, foi definido neste documento, quem pode usufruir de isenções, como passa a ser realizado o cálculo de licenciamento de canídeos e alguns ajustes na tabela do licenciamento, por classificação do animal, entre outros. Assim como constam também os valores das taxas, que, de seguida foram enumerados pelo senhor presidente. -----



-----O presidente da assembleia toma a palavra para abrir um espaço para questões e, de seguida, abre a votação. O regulamento é aprovado por unanimidade com 8 votos a favor. -----

----Passa-se assim ao ponto seis- Apresentação, análise e votação do projeto de regulamento dos cemitérios-. Toma a palavra o senhor presidente que enumera as necessidades que levaram à execução deste projeto de regulamento, desde já, a necessidade de se estabelecer um horário para os cemitérios, apesar deste, em zonas rurais, não fazer sentido, no entanto, é necessária a sua presença no regulamento, ainda que meramente informativa. Neste regulamento, está presente também, a título de exemplo, como é feita a receção, inumação, exumação ou transladação de cadáveres, a manutenção dos espaços públicos dos cemitérios, qual a documentação necessária, como se faz a compra ou averbamento de um terreno, a emissão de alvarás, a construção e/ou requalificação de jazigos e algumas proibições relativamente aos cemitérios e, por último, o pagamento de taxas e sanções em casos de incumprimento. -----

---- O presidente da assembleia abre o debate, relativamente ao regulamento dos cemitérios. Toma a palavra David Nunes, com a seguinte questão: "...esses pagamentos de quando as pessoas morrem é quê? 110 euros?". Responde o senhor presidente de junta que sim, o valor para o enterro, é de 110 euros. David Nunes retoma a palavra, para perguntar se o valor para depositar o corpo em capela é o mesmo. Responde o senhor presidente que este valor é menor e corresponde a 100 euros. David Nunes refere que acha o valor muito alto, uma vez que a pessoa só lá vai com a chave e tem menos trabalho, do que se tivesse que abrir uma cova, e refere mais uma vez que está contra este valor. O senhor presidente de junta diz que o valor não é algo fixo no tempo e que, assim como o regulamento de tabelas e taxas sofreu alterações no valor dos preços, também este valor pode vir a sofrer uma análise e que, se se confirmar que este valor é um tanto ou quanto exagerado, o executivo pode decidir alterá-lo. -----



-----Toma a palavra, Francisco Silvestre que interpõe a seguinte questão: “Então se falecer alguém, é à junta que nos devemos dirigir?”. Responde à questão, o senhor presidente de junta expondo que primeiro o regulamento tem de ser aprovado pela assembleia, posteriormente o mesmo irá ficar 15 dias a discussão, para que pessoas, como o David que se manifestou contra o valor, possam manifestar outras sugestões suscetíveis de conduzir a alterações e a novo processo de votação em assembleia, só depois disto é que a execução deste regulamento passa a ser da nossa responsabilidade. Até lá, permanece tudo igual. -----

----- Tendo em conta que ninguém mais manifestou a vontade de colocar questões, seguiu-se a votação do projeto de regulamento dos cemitérios, sendo este aprovado por unanimidade, com oito votos a favor. -----

----- Segue-se o ponto número sete- Apresentação, análise e votação do projeto de regulamento da casa mortuária-. O presidente da assembleia volta a ceder a palavra ao presidente de junta que elucida que tal como o cemitério, também a casa mortuária não tinha regulamento. O presidente explana que este é um regulamento bastante simples, que essencialmente serve para contextualizar a mesma. É ainda comunicado ao público presente que existem algumas situações que, no entender do executivo não podem acontecer, como foi o caso da senhora da funerária ter em sua posse uma chave da casa mortuária. O presidente explica que aquando de um último funeral, a senhora ligou a informar que se deslocaria para a casa mortuária, ao que o executivo comunicou que de seguida iria ter com ela, pelo que ela disse não ser necessário, uma vez que tinha a chave do local. No entender do atual executivo, este tipo de ocorrências não pode acontecer, uma vez que o equipamento é pertença da junta, logo a senhora é que tem de recorrer à junta e esta entregar-lhe-á a chave se assim o entender, e não vice-versa. Para prevenir estas situações foi colocado no regulamento estas questões, como é feita a utilização da casa, quem se responsabiliza pelos danos, como é feito o pedido de utilização da casa



mortuária e qual o valor a ser pago. Este valor também foi ajustado, de 50 para 60 euros, tendo em consideração a elevada despesa da casa mortuária e, felizmente, a sua pouca utilização. Foi ainda incluído no regulamento a forma de cobrança das taxas e a responsabilidade pela manutenção do espaço. -----

-----Uma vez que nenhum dos presentes levantou questões ao regulamento da casa mortuária, foi realizada a votação, sendo este aprovado por unanimidade com oito votos a favor. -----

----- Terminado o ponto número sete, dá-se seguimento ao ponto numero oito- Outros assuntos de interesse da freguesia-. É dada a palavra ao presidente de junta que revela que deve tornar-se um hábito a inclusão, nas reuniões de assembleia, do saldo bancário das contas da junta de freguesia, nos estabelecimentos bancários. Desta forma, a 30 de Novembro, a junta de freguesia de Ouca tinha na conta da Caixa de Crédito Agrícola Mútua 9653,29 cêntimos, na conta dos CTT, no mesmo banco estavam 4370,23 cêntimos e na conta da Caixa Geral de Depósitos, cuja titularidade ainda não foi alterada estavam também meia dúzia de euros. Partindo para outras questões de relevo, já foi iniciado contacto com a Câmara Municipal para que seja feito um mapeamento dos contentores existentes na freguesia, uma vez que Ouca tem 118 contentores, nos quais é realizada a recolha de resíduos duas vezes por semana, o que em alguns casos se revela insuficiente, assim como o é a limpeza dos mesmos. Aliás, a limpeza dos contentores é um ponto que nem sequer faz parte do contrato estabelecido entre a Câmara e a empresa, o que é realmente vergonhoso, uma vez que a empresa se limita a colocar contentores, não havendo, portanto, uma periodicidade estabelecida para a limpeza dos mesmos. No que à delegação de competências diz respeito, a Câmara Municipal ainda não formalizou a mesma, sendo que a junta de freguesia tem, desde já cumprido com os trabalhos de manutenção e limpeza de bermas e valetas e com a manutenção dos espaços verdes que à junta diz respeito. O trator da junta também já sofreu reparação tendo sido recebido, no sábado passado, com um



custo de reparação que felizmente não atingiu valores que suspeitávamos. Foram pedidos para esta reparação três orçamentos distintos, todos com base na mesma quantidade e qualidade de material, e deliberou-se a entrega do serviço de reparação à empresa Rocha & Jesus, do Lameiro do Mar, com um custo de 1681 euros. Em termos de material, neste momento, a junta já possui uma roçadora, que não foi adquirida, uma vez que o orçamento deste ano ainda não é da nossa responsabilidade. Ficou acordado que a aquisição da roçadora ficará para o orçamento do ano seguinte, sendo que o proprietário nos concedeu a utilização da mesma, durante este ano, a título gratuito, o que é de elevada importância uma vez que as três roçadoras pertencentes à junta se encontram danificadas e o orçamento para o seu arranjo é elevado. Outra despesa com a qual o executivo não contava é a regularização da propriedade dos reboques, uma vez que os mesmos, não se encontram registados como propriedade da junta, sendo que um ainda se encontra a nome do fabricante e outro a nome do antigo proprietário. -----

-----Toma a palavra o senhor presidente da assembleia que deixa em aberto, um espaço para a colocação de perguntas por parte da audiência. -----

-----Usa da palavra o senhor Vítor Almeida, que refere que em relação ao funcionário dos CTT, neste momento, gostaria de saber qual a situação de honorários. O senhor presidente de junta afirma que este se encontra em regime de recibos verdes. O senhor Vítor Almeida afirma que esta é uma situação ilegal, uma vez que o funcionário em questão foi eleito para prestar um serviço na junta de freguesia e está a aproveitar-se dessa situação para ganhar dinheiro à custa da junta de freguesia. Quando questionado sobre a lei em que se baseou, o senhor Vítor Almeida responde que não se baseou em nenhuma lei, mas que para si, esta é uma situação que, do ponto de vista ético, não é correta. O senhor Vítor indica que o melhor a fazer é realizar-se um pedido de um parecer à CCDR, com o qual o presidente de junta concorda perentoriamente, explicando que o funcionário em questão trabalha nos CTT e a junta é quem procede ao seu



pagamento, como prestador de serviços da junta, nos correios. O senhor presidente de junta informa que irá realizar o pedido de parecer e que assim que este tiver resposta, a mesma será informada em contexto de reunião de assembleia. O senhor Vítor procede com a sua exposição dando conta que a obra do parque próximo ao armazém da junta, não foi terminada uma vez que o anterior executivo aguardou pela entrega do material e quando esta aconteceu o executante da obra, já não a cumpriu e no entretanto, o executivo mudou. Relativamente ao parque das azenhas, o senhor Vítor refere que o mesmo também se encontra por concluir e que neste existem obras que merecem ser revistas, uma vez que o senhor que as executou as realizou segundo a sua própria vontade, ao que o senhor Vítor se responsabiliza também por isso, como membro do antigo executivo. Relativamente ao cemitério do Tabuaço, o senhor Vítor refere que os terrenos não estão a nome da junta de freguesia porque foram adquiridos num mandato muito anterior (julga que no primeiro mandato do senhor António Caetano) e que depois desse mandato, já se seguiram diferentes mandatos de outros presidentes que também não conseguiram resolver a situação e que, ele próprio durante o seu mandato, em conjunto com o seu executivo também não conseguiu resolver. Em relação ao protocolo de cedência das escolas, as juntas aceitaram as escolas, no entanto nunca foi assinada a cedência definitiva, sendo esta uma situação recorrente não só na junta de Ouça, mas em várias juntas de freguesia do concelho de Vagos. O senhor Vítor interpela ainda o senhor presidente de junta sobre o ordenado do funcionário dos correios, ao que o presidente de junta responde que este ganha exatamente o mesmo da antiga funcionária, com o acrescento de trabalhar mais uma hora. O presidente acrescenta que neste momento, o chefe dos correios já está a refazer a placa horária e que depois disto, os registos já conseguirão ser levantados em Ouça, estando também a ser feita pressão para que sejam entregues etiquetas para diminuir o valor gasto em valores selados. O senhor Vítor informa ainda que o mobiliário da casa mortuária era propriedade da D^a Fernanda e que esta o



cedeu, a título gratuito, durante os anos em que lá esteve, uma vez que ela saiu, levou consigo o material. O senhor Vítor continua afirmando que, em relação ao redirecionamento do cruzeiro do Rio Tinto esta é uma questão que já foi trabalhada na Câmara e da qual, o senhor presidente Silvério já tem conhecimento, tendo estado no local, e avaliando a necessidade de se cortarem os bicos da placa triangular, no entanto, esta foi uma obra que não avançou. Relativamente à área dos jazigos, o senhor Vítor informa que houve um erro na mesma e que um jazigo não pode ter uma área de 5 m quadrados, mas sim de 9 metros quadrados. No que às sepulturas diz respeito, elas têm verdadeiramente 2 metros quadrados e em relação aos preços, gostaria de informar que na Carregosa existem terrenos com fundações, pelo que devem ser acrescentados no preçário do regulamento. Em relação aos reboques, um reboque e o trator foram comprados pela D^a Cármina, sendo que o pagamento transitou para o nosso mandato. Depois do pagamento, foi recebido da nossa parte o documento que o Tony Rocha referiu, mas este documento andou extraviado dentro das instalações da junta, talvez por má organização nossa, o que nos impediu de proceder ao registo. Em relação ao reboque velho, a situação foi mais complicada porque quem vendeu o reboque, vendeu o que não era seu, uma vez que o mesmo era propriedade de um senhor que, entretanto, já tinha falecido e o anterior executivo nunca conseguiu registar o reboque a nome da junta. Em relação aos saldos bancários, o que o presidente disse não está correto e o senhor Vítor para o desmentir. Isto porque o valor que transmitiu aquando da tomada de posse (cerca de 16000 euros), era o valor fixado já com o levantamento dos cheques passados e, para além deste, havia a receber da Câmara Municipal de Vagos, cerca de 7400 euros referentes à terceira tranche da delegação de competências e ainda, cerca de 3800 euros referentes ao subsídio para execução das marchas populares. Tudo isto perfazia o total que o mesmo transmitiu de 26000 euros, logo as contas estavam corretas. O presidente de junta aproveita para executar as contas, que realmente perfazem



uma soma de cerca de 26000 euros de saldo previsto para 19 de novembro. O presidente solicita ainda que conste o seu pedido de desculpas público, pelo facto da sua afirmação relativamente às contas do anterior executivo, ter sido errónea. -----

----- Entretanto, é levantada a questão de uma fatura em débito aos Juliões, sobre a qual toma a palavra Tony Rocha para explicar que o equívoco associado a esta empresa é a faturação de material para a construção de um muro na Carregosa, ao qual o novo executivo da junta de freguesia foi contactado para fazer a confirmação do material, mesmo não tendo sido o atual executivo a fazer a receção do mesmo. Isto gerou um conflito, uma vez que foi culpabilizado o Sr. António Mourão por não ter conferido o material, o que o atual executivo acha ser incorreto, uma vez que a receção devia ter sido feita pelo anterior executivo e não por este senhor. O Sr. Vítor intervém afirmando que o material foi pedido pela junta de freguesia, foi vendido pela BlocoVagos à Câmara Municipal e, por isto, a Câmara Municipal devia ser a responsável pela verificação da entrega do material, até porque a Câmara Municipal nunca pediu ao anterior executivo que o verificasse. -----

----- Toma a palavra o senhor Carlos Alberto para dizer que se dirigiu ao senhor Vítor Almeida, ainda durante o mandato do executivo, do qual o mesmo fazia parte, para lhe pedir as atas da junta, ao que o senhor Vítor lhe respondeu que uma semana depois teria as atas prontas, no entanto, foi adiando este assunto até ao dia da tomada de posse dos novos elementos da junta, dia esse em que o mesmo referiu que agora lhes perguntasse a eles pelas atas. O senhor Carlos Alberto afirma que o senhor Vítor deveria ter tido coerência e transparência de admitir que, durante 12 anos, a junta não foi sequer capaz de executar as atas. O senhor Vítor responde que possui todas as atas da junta e inclusive que as tem numeradas e que as mesmas estão no seu computador. -----



----- É dada a palavra ao senhor presidente da assembleia que declara a sessão encerrada, agradecendo a todos a sua presença e a forma ordeira como a sessão decorreu. -----

----- Para constar e para os devidos efeitos se lavrou a presente ata, sendo a mesma lida em voz alta e aprovada pela assembleia, sendo de seguida assinada pelos membros da mesma e por quem a redigiu. -----

-----Ouça, três de novembro de dois mil e dezassete

-----O Presidente da Assembleia de Freguesia

----- (Tiago Manuel Ferreira Cardoso)

-----O Primeiro secretário da Assembleia

----- (Luís Alberto de Jesus Rocha)

-----O Segundo secretário da Assembleia

----- (Liliana de Oliveira da Cruz)